FERNAND BRAUDEL EM TRÊS DIMENSÕES: DIALÉTICA DA DURAÇÃO, DIDÁTICA E GEO-HISTÓRIA[1]

FERNAND BRAUDEL IN THREE DIMENSIONS: DIALECTIC OF DURATION, DIDACTIC AND GEO-HISTORY

Américo Augusto da Costa Souto[2]

RESUMO: O presente texto aborda o conceito de dialética da duração, uma das bases do discurso de Braudel, a partir de um modelo didático aplicado à História Moderna e Contemporânea, o qual permite inserir o fato, que é a duração mínima na história, num contexto de duração maior, a conjuntura e a estrutura. O modelo permite, então, superar a causalidade linear da História narrativa, bem como perceber questões teóricas, entre as quais a história vista como dialética da duração, além da dialética entre o que muda e o que permanece. Quanto à outra tendência de Braudel, a Geo-história, se aborda a questão da singularidade da Europa e sua hegemonia mundial.
PALAVRAS-CHAVE: Estrutura; Conjuntura; Duração; Dialética; Geo-história.

ABSTRACT: This text discusses the lastingness dialectics concept, one of Braudel's principles basis. This discussion is based on a didactic model applied on Contemporary and Modern History that allows inserting the fact, which is the minimum duration in history, in a wider duration context: the conjuncture and the structure. This way, this pattern allows the overcoming of the linearity of causes in narrative History, and it also allows the perception of theoretical issues like the history seen as a lastingness dialectics one, and the dialectics established between changeable and unchangeable facts. In relation to the other item discussed by Braudel, the geo-history, this text focus the issue of Europe's singularity and hegemony over the western world.
KEY WORDS: Structure; Conjuncture; Lastingness; Dialectics; Geo-history.

I – Introdução

[1]O presente texto é baseado na participação do Autor em uma mesa redonda, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, em 1955, em palestra do mesmo em 2002, na mesma instituição.

[2] Professor Titular aposentado de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Livre-docente e Doutor pela mesma Universidade. Telefone: 244-0793.

Fernand Braudel, cujo centenário de nascimento ocorreu em 2002, é considerado o maior historiador do século XX.

Entre as coordenadas do seu pensamento estão a dialética da duração e a ênfase ao espaço geográfico. Neste último aspecto, Braudel é essencialmente geo-histórico.

No tocante à dialética da duração, abordaremos aqui as suas possibilidades didáticas, além de suas implicações teóricas.

Devemos lembrar que os "Parâmetros Curriculares Nacionais – Conhecimentos Históricos e Geográficos" (BRASIL, 1996) incorporam o pensamento braudeliano, usando o conceito de longa duração e de estrutura. Outros trabalhos têm feito a mesma proposta, ou seja, usar Braudel no ensino básico[3]. Tais experiências, com resultado, aliás, positivo, ao que sabemos, são aventuras, na medida em que usar os conceitos braudelianos nesse nível de ensino foi coisa que o próprio Braudel nunca fez, nem aconselhou: *"Sempre preconizei, para as crianças, narração simples, imagens, séries de televisão, cinema, ou seja, em linhas gerais, uma história tradicional, porém melhorada, adaptada à mídia com que as crianças estão acostumadas"* (BRAUDEL, 1989, p.14).

"Melhorada", mas História tradicional. De nossa parte, a experiência didática que fizemos com Braudel foi só em nível superior. (SOUTO, 1972)

Coincidindo com o centenário de Braudel, temos um outro: o a edição de "Os Sertões" de Euclídes da Cunha.

Gostaríamos de apontar também, a título de curiosidade, outras coincidências. Primeiro, que a estrutura do livro de Euclides da Cunha é uma divisão em três partes: *A Terra, O Homem, A Luta.* A primeira é uma análise geográfica e geológica da região em que se deu o conflito de Canudos. A segunda, uma análise antropológica do sertanejo. A terceira, a narração da guerra. Ora, a obra-prima de Braudel (BRAUDEL, 1983), mostra, da

[3] Para o caso do Canadá, v. SÉGAL, A. "Pour une didactique de la durée". In: MONIOT (org.). **Enseigneur et histoire des manuels à la mémoire.** Berne: Petre Long Ed., 1984. p. 93-111. Para o Brasil temos, em São Paulo, os trabalhos de Circe Fernandes Bitetencourt e Zilda Gricoli Yokoi; para o Rio de Janeiro, v. NEVES, M. A. M. **Ensinando e aprendendo história.** São Paulo: Epu, 1985; no caso do Paraná, v. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. **Estudos Sociais a partir da longa duração**. Relatório nº 3. Curitiba: A. M. Cavalcante, 1997. Não queremos deixar de citar, também, o trabalho de ex-professor da Universidade Federal de Santa Catarina, o qual, embora não conhecendo as categorias e terminologia braudelianas, de certa forma intuiu a longa duração. V. SILVA, J. B. F. da. **História do Brasil**. Curso superior e professores de nível médio. 1ª Unidade. Caderno 1. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1967.

mesma forma, uma estrutura tripartida. A primeira parte, *O Meio,* analisa a geografia e o clima do Mediterrâneo. A segunda, *Destinos Coletivos e Movimentos de Conjunto,* a ação humana ao longo do século XVI, em suas relações com o espaço mediterrânico, em termos econômicos, políticos e sociais. Finalmente, a terceira parte, *Os Acontecimentos, a Política e os Homens*, é a narrativa dos eventos ao longo do mesmo século, com suas datas bem definidas e seus respectivos personagens.

Ou seja, ambos iniciaram com o espaço geográfico e terminaram com o desenrolar histórico, a seqüência fatual, passando, a meio caminho, pela ação humana, articulada com aquele espaço. Coincidências, meras coincidências? Euclides, um braudeliano "avant la lêtre"? São, de qualquer forma, singulares coincidências. Euclides era determinista. O meio geográfico teria, entre outras coisas pelo isolamento histórico, dotado o sertanejo – "antes de tudo um forte" – de certas virtudes, em oposição ao "raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral". Se Braudel é também determinista, vendo no espaço mediterrânico a matriz determinista da ação humana, é questão aberta. Aqui se confrontam os pareceres de dois de seus hermeneutas. Carlos Antônio Aguirre Rojas afirma o determinismo de Braudel (ROJAS, 1996). O que é contestado por José Carlos Reis (REIS, 1994).

Ao primeiro bastante devemos na compreensão das idéias de Braudel. Seus inúmeros trabalhos apresentam um esforço meticuloso, obsessivo quase, na tentativa de entender e explicar o pensamento do mestre francês. Preocupação escrupulosa de exegeta, num autêntico apostolado didático-científico, o que justifica, em seus textos, repetições enfáticas, não deixando escapar uma vírgula sequer das linhas e entrelinhas do discurso braudeliano[4].

II - A dialética da duração: aplicações didáticas e implicações teóricas.

1) Conceito de Dialética da Duração a partir de um Modelo Didático.

[4] Esteve em São Paulo, mais de uma vez, em busca de dados sobre a estadia de Braudel na Universidade de São Paulo no início dos anos trinta e em Florianópolis, onde apresentou palestra na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade do Estado de Santa Catarina.

No modelo didático que adotamos para a História Moderna e Contemporânea, a Idade Moderna e a Contemporânea aparecem como etapas na evolução de uma civilização: a cristã ocidental.

Entre outras características desta civilização, destacamos, na sua mentalidade, uma antítese entre dois sistemas de valores. De um lado, o cristianismo (herança judaica), de outro, o humanismo, racionalismo e individualismo (herança greco-latina). Esta antítese, este dilema, definem, entre outros tantos fatores, a identidade, e especialmente, a continuidade, a duração, desta civilização[5].

Como foi resolvido o dilema acima?

Vemos aí três alternativas:

1ª - fazer avançar o cristianismo e recuar o humanismo, racionalismo e individualismo.

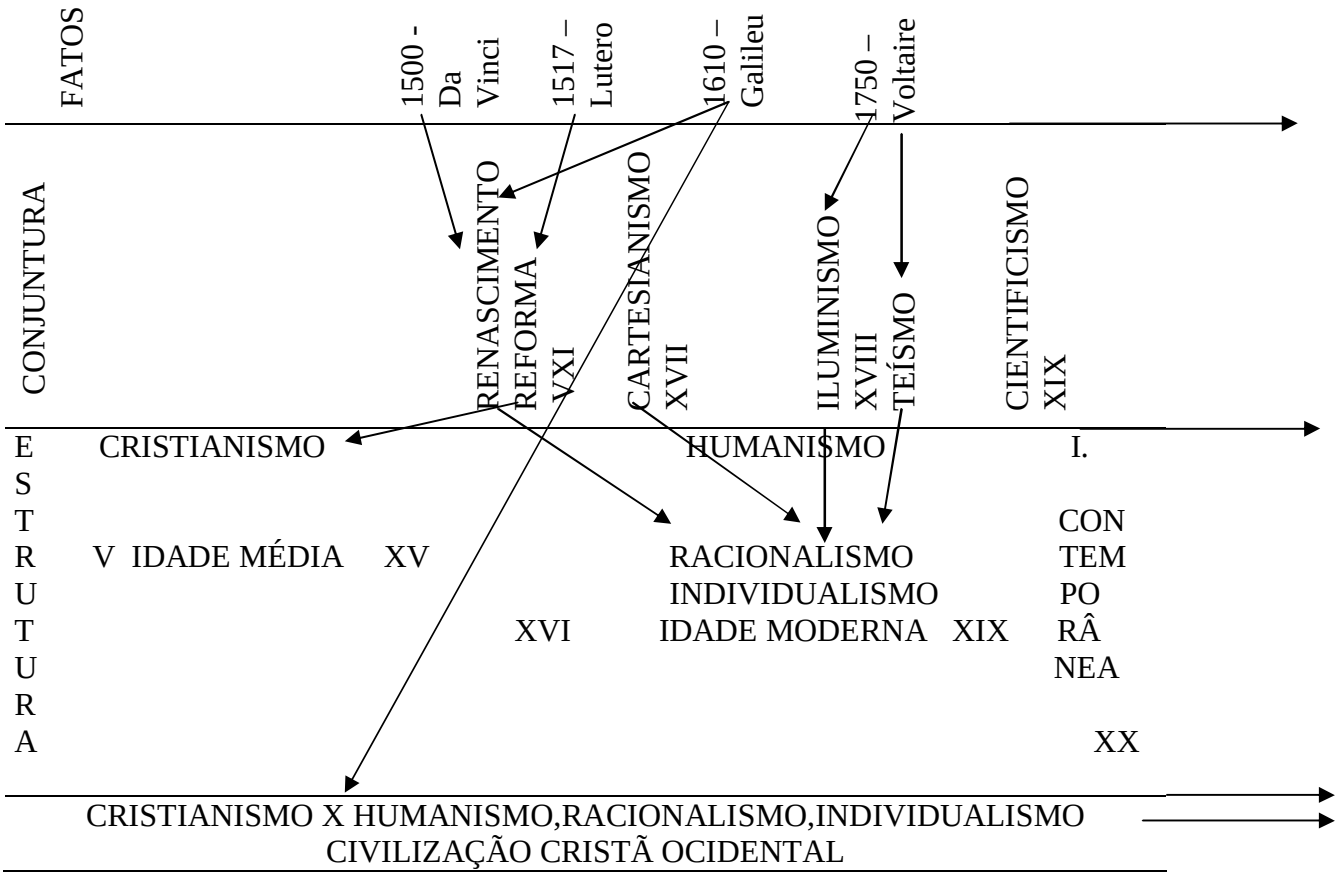
2ª - fazer o contrário, isto é, avançar o humanismo, racionalismo e individualismo, e recuar o cristianismo.

3ª - Tentar a conciliação.

A primeira alternativa ocorreu, fundamentalmente, na Idade Média. A segunda veio a ser a tendência da Idade Moderna. A terceira ocorreu com o tomismo, quando São Tomás de Aquino recorre a Aristóteles e procura conciliar razão e fé; com o humanismo cristão de Erasmo de Roterdam e outros humanistas do século XVI, com Teillard de Chardin e com o Vaticano II[6]. Vejamos a figura a seguir:

[5] É o que faz Braudel em "Gramática das Civilizações", (1989, p. 309-339). É o que se explicita em ROJAS: "a Europa se constitui desde um múltiplo diálogo de oposições recorrentes – entre sua raiz humanista e sua raiz cristã...". (ROJAS, p.175). Foi o que fizemos, também, durante o nosso curso e aqui o mantemos, acompanhando Braudel. Ressalve-se que a caracterização e a continuidade da civilização cristã ocidental, dada aqui pela mentalidade, pela superestrutura ideológica (na conceituação marxista), poderia sê-lo, também, pela infra-estrutura econômica. Isto é, a combinação da propriedade privada com a produção mercantil, que se teria definido mais claramente entre o gregos, evoluindo posteriormente para o capitalismo. A respeito, ver: GEBRAN, P. (org.). **Conceito de modo de produção.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 84.

[6] Deve-se considerar que o próprio cristianismo já é, conforme a visão de Toynbie, uma conciliação entre o judaísmo e o humanismo greco-latino.



No nível mais baixo temos representada a civilização cristã ocidental, desde sua origem até o presente, ou seja, a antítese entre o cristianismo e o humanismo, racionalismo e individualismo. Acima desse nível, temos a seqüência das idades pelas quais passou esta civilização. Cada uma delas resolvendo à sua maneira o dilema já visto, conforme atrás explicado.

É este o nível da *estrutura*, a duração máxima na história, a *longue durée* de Braudel. Sigamos, então, no rumo de uma definição de estrutura dentro da História, pois se trata de conceito usado no contexto de todas as Ciências Humanas: "Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, reunião, arquitetura, mas mais ainda, uma realidade que o tempo tem dificuldade em desgastar e que ele veicula longamente" (BRAUDEL, 1969, p.

50). E então, temos que por estrutura se entendem "todas as realidades perceptíveis que resistem ao tempo por uma longa duração"[7].

Trata-se de uma definição essencialmente histórica, pois explicita a dimensão por excelência da História: o tempo.

Voltando à representação, temos, no nível logo acima, no caso da Idade Moderna, as várias etapas desta idade, cada uma delas dando, também, sua solução particular ao dilema, chegando ao século XVIII com o *iluminismo* e o *teísmo*, este propondo uma religião sem dogmas, racionalista e naturalista; e finalmente o que consideramos o apogeu da modernidade, com o racionalismo, expresso na Ciência moderna, o *cientificismo.*

Consideramos que a Revolução Francesa e a Industrial significam a ruptura que levou ao apogeu da modernidade, a primeira, institucionalmente, a segunda, econômica e tecnologicamente, o que implica a plenitude dos valores modernos, onde destacamos o racionalismo. Na transição do século XIX para o XX, a superação da Ciência cartesiano-newtoniana, com a teoria da relatividade e a geometria não euclidiana, bem como o freudismo, com a descoberta do inconsciente, e tendências irracionalistas na Arte e na Literatura, colocam em xeque o racionalismo. Além disso, a Guerra de 1914 põe, da mesma forma, em xeque a preponderância européia e a Revolução Russa, a democracia liberal, a burguesia e o capitalismo.

Discordamos da colocação da Reforma dentro do humanismo como o faz Braudel. O pessimismo de Lutero e Calvino sobre a condição humana considerando-a marcada pela impotência e pelo pecado, a negação do livre-arbítrio, a preocupação obsessiva com o pecado e a danação, evidenciam um contraste com o otimismo, a exaltação da beleza e da capacidade humanas, que definem o humanismo renascentista. Ficamos aqui com Jean Delumeau, para quem o "luteranismo e o calvinismo foram – quanto ao fundo doutrinal – um anti-humanismo" (DELUMEAU, 1965, p.72).

Neste sentido, a Reforma nos parece um movimento simetricamente oposto ao Renascimento, uma resistência da mentalidade medieval contra a modernidade, mesmo que seus resultados tenham catalisado esta última (como na tese de Max Weber sobre o capitalismo e a Reforma, e nas revoluções inglesas do século XVII).

[7] BRAUDEL, F. Apud GLÉNISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. p. 235.

No século XVIII, no entanto, certas tendências no protestantismo podem colocá-lo na alternativa de conciliação com os valores modernos: no caso do racionalismo, a crítica aos textos bíblicos e no do individualismo, a ênfase ao livre exame, na direção mesmo do teísmo.

E na representação gráfica, é este o nível da duração média, isto é, da *conjuntura*. Finalmente, no nível mais alto temos os fatos, distribuídos pelas várias conjunturas:

1500 – Da Vinci – "Estudo do vôo dos pássaros".

1517 - Divulgação das 95 teses contra a doutrina oficial da Igreja.

1610 – Galileu – Abjuração de suas idéias perante o Tribunal da Inquisição;

1750 – Voltaire – "Discurso em versos sobre o homem", atacando a Igreja e fazendo apologia do teísmo.

É o tempo mínimo da história, um ano, um dia, definido pela data.

Então, temos, com Braudel:

> A história situa-se em patamares diferentes; eu diria, de bom grado, três patamares, simplificando bastante. Dez, cem patamares é o que seria preciso levar em conta; dez, cem durações diversas. Na superfície uma história *'événimentielle'* inscreve-se no tempo curto; é uma micro-história. À meia-encosta uma história '*conjunturelle'* segue um ritmo mais largo e mais lento...Mais além desse 'recitativo' da conjuntura, a história '*structuralle*', ou de longa duração, envolve séculos inteiros; ela se encontra no limite do movediço com o imóvel e, pelos seus valores há muito tempo fixos, ela parece invariável frente a outras histórias, mais fluentes e prontas a realizar-se, e que, em suma, gravitam em torno dela.
> Em resumo, três séries de níveis históricos... (BRAUDEL, 1961, p72).

Até aqui consideramos a dimensão tempo. È esta, repetimos, a dimensão por excelência da História. Porém, o processo histórico não se dá apenas no tempo, mas também no espaço.

Então, os níveis da estrutura, da conjuntura e do fato também têm, da mesma forma, dimensão espacial.

No nível da estrutura e da conjuntura, no caso que estudamos, estamos no espaço em que se situa a civilização cristã ocidental, isto é, a Europa Ocidental. É a *área cultural* dos antropólogos, a área base de uma civilização. No nível fatual é o espaço mínimo, um

ponto no mapa: um campo de batalha, uma cidade...No caso de Lutero, por exemplo, Wittenberg.

Mas os fatos históricos, mais do que fatos são "atos", isto é, implicam a ação humana, Temos, então, o *agente histórico.* No nível da civilização é o *pensador ocidental;* no da idade é o *pensador medieval*, seguido pelo *pensador moderno*[8]. No patamar da conjuntura, o *pensador renascentista,* o *reformador religioso,* o *pensador iluminista*. Estamos diante do genérico, do típico, do *tipo histórico*. Que, no nível fatual, concretiza-se, particulariza-se, no personagem, individual, particular, singular: Da Vinci, Lutero, Galileu, Voltaire.

Temos, então, o quadro a seguir:

DIMENSÕES	FATO	CONJUNTURA ESTRUTURA
TEMPO	Curto Instantâneo	Longo Secular
ESPAÇO	Pequenas dimensões Pontual	Grandes dimensões "Área Cultural"
AGENTE HISTÓRICO	Particular Individual O "personagem"	Genérico Típico O "tipo histórico"

2) Implicações Teóricas

A superação da causalidade linear

Verifica-se, de toda a exposição acima, que à casualidade "linear" e "horizontal" da História tradicional, acrescenta-se a "vertical", que liga o fato à conjuntura e à estrutura. Não que aquela História ignorasse que, além dos fatos, ocorriam outros fatores (costumes, instituições, etc). Mas havia certa preferência pelo fatual (especialmente o fatual político). Quanto aos demais fatores, a tendência era deixá-los para o sociólogo, o economista, o antropólogo, etc. Neste sentido, temos que: "Toda história dos acontecimentos é um encadeamento evidente e incontestável de acidentes, dos quais cada um é uma causa

[8] Reconhecemos o sério risco que corremos chegando a tal nível de generalização e simplificação. Citaríamos, aqui, GLÉNISSON, para quem, falar, por exemplo, de "um homem da Idade Média" seria tornar "o contemporâneo de Carlos Magno, o súdito de Frederico II, o legista de Felipe, o Belo, o mercador florentino" como sendo "identicamente os mesmos" nas suas preferências e modo de raciocinar. (V. GLÉNISSON, p.55). Pensamos ter, até certo ponto, contornado o problema não falando de "homem", mas de "pensador", o que restringe mais o tipo histórico usado. O que nos importa mostrar é que, nessa linha de pensamento, supera-se a História fatual, particularizante, e se chega à generalização.

determinante do outro".[9]Ou seja, "todo fato histórico tem sua causa e sua explicação nos fatos que o precedem." (GLÉNISSON, 1961, p.213)

Repetição ou não?

Na História tradicional considerava-se o fato histórico na sua singularidade, isto é, o fato histórico era o fato único, aquele que não se repetia. Eram "flores de um só dia, que tão rapidamente florescem e que não se tomam nas mãos mais de uma vez" (BRAUDEL, 1961, p.65). Em contrapartida, há os fatos de rotina, do quotidiano. E que deveriam ser objeto do sociólogo e dos outros cientistas sociais, não do historiador. Seria, então, um casamento qualquer, a rotina de um quartel, o dia-a-dia de um artesão...Diferente seria o casamento de um rei, uma batalha, uma invenção técnica: aqui se teriam fatos históricos.

A Historiografia francesa, no início do século XX e, sobretudo nos *Annales*, a partir da década de vinte, foi rompendo essa dicotomia.

Braudel, para quem, aliás, História e Sociologia constituem "uma única aventura do espírito; não o avesso e o direito de um mesmo tecido, mas este tecido mesmo, em toda a espessura de seus fios" (Id. Ibid.), considera que "a história não é somente a diferença, o singular, o inédito – o que não se verá duas vezes. Aliás, o inédito nunca é inteiramente inédito.Ele coabita com o repetido ou com o regular" (Id. Ibid.).

E citando um outro historiador, apresenta o caso de duas batalhas, Pavia (24 de fevereiro de 1525) e Rocroi (19 de maio de 1643). Em ambas, certos traços são reencontrados em outras batalhas da época. Uma batalha seria, pois, "um acontecimento, mas no seio de uma família de acontecimentos" (Id. Ibid.). Ou seja, o tipo de armamento, de tática, etc, definiriam, pois, o "típico", aquilo que é a marca do conjuntural e estrutural: ambas as batalhas estavam na mesma estrutura histórico-militar.

Mudança ou permanência?

Em "O Leopardo" de Giusepe Tomazo di Lampedusa, passando-se a cena durante as revoluções liberais na Itália do século XIX, um dos personagens, aristocrata liberal, comenta o esforço em manter a monarquia, apesar de mudanças, em lugar de instalar a

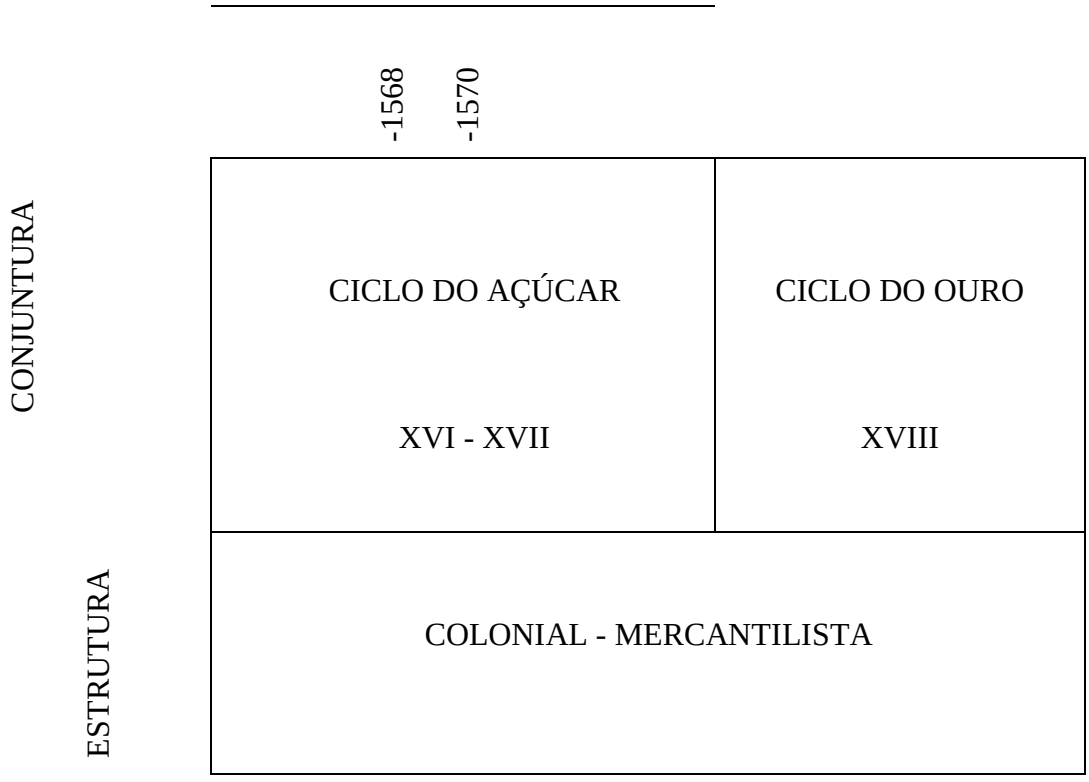
[9] LANGLOIS, Ch. V. e SEIGNOBOS, Ch. Apud GLÉNISSON, p.213.

república: é preciso, diz, que as coisas mudem para que tudo continue como está.

Referindo-se às mudanças das elites no poder, Braudel afirma que as mesmas são feitas "nove vezes em dez, para reproduzir tal e qual, ou com insignificante diferença, o antigo estado de coisas" (BRAUDEL, 1979, p. 568). Isso porque, completa um seu comentarista, "a própria tarefa de toda a sociedade é a reprodução de suas estruturas" (DOSSE, 1994, p.121). De nossa parte, abordamos o problema em outro lugar:

> Um fato histórico é, por assim dizer, uma forma de se manter uma estrutura; um decreto, uma declaração de guerra, são medidas que visam reformular o sistema vigente, mas no sentido de mantê-lo. O mesmo com uma conjuntura; supera-se uma etapa, substituindo-a por outra, para manter o sistema funcionando em suas linhas essenciais, mesmo que reformulado. Enfim, poder-se-ia dizer que na história as coisas mudam para continuarem como estão... (BRASIL, 1980, p. 31-32).

De novo apelando para a representação gráfica, vejamos este problema na História Econômica do Brasil.



No nível estrutural, consideramos a estrutura colonial-mercantilista, que durou desde o século XVI até o início do XIX (quando ocorreu a Abertura dos Portos, em 1808).

No nível conjuntural, temos o Ciclo do Açúcar (século XVI-XVII) e o Ciclo do Ouro (século XVIII).

No nível fatual, consideremos o estabelecimento da escravidão africana no Sertão do Nordeste (1568) e, em seguida, a introdução do gado na mesma região (1570).

Ora, se antes não havia ali escravos e depois passou a haver, é claro que o primeiro fato significa mudança; no caso do segundo, a mesma coisa.

Mas os fatos mudaram para que? É obvio, para manter funcionando o ciclo do açúcar.

No nível conjuntural, quando se passa do ciclo do açúcar para o do ouro, é claro que houve mudança.

Mas para que? De novo, a obviedade: para manter funcionando a estrutura colonial-mercantilista.

Ou seja, aqui novamente: na história, em geral, as coisas mudam para continuarem como estão.

É evidente que cabe uma ressalva. O "em geral" da expressão acima abre espaço para a exceção. Isto é, o fato ou conjuntura revolucionários. Estes ocorrem para derrubar uma estrutura e substituí-la por outra. Um exemplo da consciência disso é eloqüente. Quando, na noite de 4 de agosto de 1789, os revolucionários franceses aboliram os direitos feudais, um contemporâneo teria comentado que numa só noite haviam caído quinze séculos de privilégios.

Finalizando, temos que uma cartilha de politização, num nível popular e com simples objetivos político-pedagógicos, se refere ao problema, dizendo que, no geral, as mudanças feitas numa sociedade são apenas reformulações para manter o essencial (SOUZA, 1989, p.16).

Parece que, afinal, estamos diante do óbvio e do senso comum...O que nos interessa, porém, ao abordar aqui tal questão, é mostrar, mais uma vez, as possibilidades didáticas do pensamento de Braudel e do modelo que usamos.

III – A geo-história: por que a Europa?

Max Weber, ao abordar o porquê da aparição do capitalismo na civilização cristã ocidental, arrola as singularidades da mesma. Tais singularidades se manifestando em aspectos que vão desde a Arte e a Ciência até o direito, a política e a economia. E seu denominador comum seria o racionalismo, o qual foi mais evidente no mundo ocidental do que em qualquer outra parte (WEBER, 1967, p.1-15).

Outros autores, como Marx, Werner Sombart, Norbert Elias, George Lukacs, Imanuel Wallerstein, Michel Foucault, têm perguntado sobre a gênese européia do capitalismo e a consequente preponderância mundial da Europa.

E ocorrem aí, outras singularidades: o feudalismo e o papel fundamental da cidade. Neste caso, a dialética cidade-feudo tem sido discutida sobretudo entre os marxistas (SWEEZY. et al, 1975).

O Japão é, fora do Ocidente, onde melhor se ajusta o modelo feudal europeu. Bem, o Japão se industrializou antes de outras sociedades não ocidentais. Seria a prova dos nove do papel do feudalismo na gênese do capitalismo? (MOORE J^{OR}, 1975) A Rússia teve cidades, que lhe deram, no início da sua história, uma civilização brilhante, baseada em ativo comércio. Mas não teve feudalismo, ao menos dentro do tipo genuinamente ocidental.(REYNOLD, 1951, p. 123) Além do mais, também suas cidades não estavam dentro dos moldes das do Ocidente: em termos institucionais, faltavam-lhes as corporações e guildas (KAUFMANN-ROCHARD, 1969).

Já se pode ver que tudo isso conduz à conclusão: a singularidade européia, causa da origem do capitalismo e da supremacia do Ocidente.

Braudel, dentro de sua visão sobretudo geo-histórica, preocupa-se com a questão.

> ...Fernand Braudel, ... O autor do modelo da Geo-história como modelo explicativo dos grandes processos civilizatórios, tanto mediterrâneos como em geral, tem ido detectando e estabelecendo todos estes traços geo-históricos da pequena Europa, que são para ele tantos outros motivos ou razões da singularidade européia, e em conseqüência, outras tantas pistas das múltiplas respostas à pergunta: por que Europa? (ROJAS, 1996, p. 168-169).

A sua obra já mencionada, sobre o Mediterrâneo, foi ponto de partida para entender o que se poderia chamar "essa pequena Europa" – que paradoxalmente dominou o espaço mundial (Id. Ibid. p.158) – e sua dinâmica civilização, "frutos ou elaborações privilegiadas

da própria vida histórica desse mar Mediterrâneo" (Id. Ibid.). O tema volta sobretudo num de seus livros mais recentes (BRAUDEL, 1979.).

Outras teses geo-históricas sobre o equacionamento de tais questões poderíamos citar.

Gonzague de Reynold, afirmando que a Rússia não é européia, mas sim, asiática, começa pela Geografia. Enquanto que a Rússia caracteriza-se, fundamentalmente, pelo espaço continental da estepe, da taiga e da tundra asiáticas, a Europa:

> ...se define pela montanha e pelo mar. Um desenvolvimento costeiro que, proporcionalmente, é o mais considerável do mundo, a penetração do mar até o interior das terras, a importância das penínsulas e o número de ilhas; o relevo compartimentado, atormentado, do solo, a articulação vivente, a variedade morfológica;... (REYNOLD, 1951, p.15).

Em seguida, analisa as conseqüências históricas resultantes de tal antítese.

Focalizando mais especificamente o Mediterrâneo – esse grande ator geohistórico na obra prima de Braudel – temos a tese clássica de Henri Pirrenne, que afirma ter sido o bloqueio desse mar pela expansão muçulmana o fator responsável pela gênese do feudalismo europeu e o conseqüente atraso econômico da Europa no início da Idade Média. (PIRRENNE, 1963)

Um outro, o economista John Hicks. Afirma esse, explícita e convictamente, o papel central do Mediterrâneo na formação da civilização européia ocidental e seu destino histórico-econômico.

> O fato de que a civilização européia passou pela fase de cidade-estado é a chave principal para a divergência entre a história européia e a história da Ásia. A razão é principalmente geográfica. A cidade-estado da Europa é uma dádiva do Mediterrâneo. Nas condições técnicas alcançadas em grande parte da história, o Mediterrâneo foi uma via destacada de contato entre países de capacidades produtivas amplamente diferenciadas; mais ainda, ele é rico em golfos, enseadas, ilhas, promontórios e vales, que naquelas condições eram prontamente defensáveis (HICKS, 1972, p.44).

Passando em revistas os mares e costas asiáticos, mostra que em nenhum caso se encontram as virtudes geo-históricas do "Mare Nostrum". A única exceção é a região do Sudeste Asiático e da Insulíndia, onde chegou a haver um apreciável comércio marítimo. Mas as vicissitudes da história asiática fizeram abortar suas chances.

Tais equacionamentos não são recebidos sem ceticismos. Assim, num caso mais recente, temos Eric Hobsbawn.

> Ora, os historiadores devem abandonar o velho hábito de procurar fatores específicos, apenas encontrados na Europa, que fazem nossa cultura qualitativamente diferente e portanto superior a outras – por exemplo, a racionalidade única, o pensamento europeu, a tradição cristã, esse ou aquele item específico herdado da antiguidade clássica, tal como o direito romano de propriedade. (HOBSBAWN, 1998, p.241)

E quanto a explicar o ingresso do Japão no capitalismo industrial em função do seu feudalismo, Hobsbawn argumenta que outros países não ocidentais recentemente também o fizeram (Id. Ibid. p.241). No caso dos "Tigres Asiáticos", por exemplo, e mesmo no do Japão, talvez Confúcio os explique tão bem quanto o Calvino de Max Weber o faz com o capitalismo europeu (Id. Ibid. p.233).

Voltando a Braudel. Qual a sua posição sobre o problema?

Além do fator geo-histórico, aponta outros como resposta à questão, de ordem econômica, política, social, cultural. Assim, entre outros pontos, uma economia baseada no trigo leva a formas de ocupação espacial que têm como conseqüência o papel especial (aqui de novo) da cidade e sua dialética com o campo (ROJAS, 1996, p.169). A cidade na Europa, em geral, foi mais livre do que em qualquer outra parte (Id. Ibid. p.170). Um argumento também das análises marxistas atrás referidas.

Mas, afinal, dentro do discurso do mestre francês, por que a Europa? Pergunta "digna de uma verdadeira Esfinge" (Id. Ibid. p.160), a qual Braudel não chega a responder, dando apenas rumos para o seu equacionamento.

Referências

BRASIL. CEBRAE/CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina:** Estudo das alterações estruturais (séc. XVII –1960). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1980.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental – SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Conhecimentos históricos e geográficos. Versão preliminar, 1996.

BRAUDEL, F. "História e sociologia". In: **Boletim do Centro de Estudos de História da Faculdade Nacional de Filosofia**. Rio de Janeiro. 1961.

_____**Civilization materielle, économie et capitalisme (XV^{e} - XVIII^{e} siècles).** t.1, 2, 3. Paris: Armand Colin, 1979.

_____**Écrist pour l'Histoire.** Paris: Flamarion, 1969.

_____Gramática das civilizações. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. São Paulo: Martins Fontes, v I e II, 1983.

DELUMEAU, J. **Naissance et affirmation de la Reforme**. Paris: Presses Universidade de France, 1965. (Nouvelle Clio: L'Histoire et ses problèmes)

DOSSE, F. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio, 1994.

GLÉNISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

HICKS, J. **Uma teoria de História Econômica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HOBSBAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KAUFMANN-ROCHARD, J. **Origines d'une bourgevisie russe (XVI^{e} et XVII^{e} siècles):** Marchands de Moscovie. Paris: Flamarion, 1969.

MOORE J^{or} , B**. As origens sociais da ditadura e da democracia:** senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.

PIRRENNE, H. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

REIS, J. C. **Nouvelle histoire e tempo histórico**: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

REYNOLD, G. **El mundo russo**. Buenos Aires: EMECE editores, 1951.

ROJAS, C. A. A. **Braudel y las ciências humanas.** Barcelona: Montesinos, 1996.

SOUTO, A. A. da C. **"Os vários ritmos da evolução histórica".** Revista Educação e Ensino de Santa Catarina. Florianópolis: ETEGRAF, 1: 38-67, jul. 1972.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1989.

SWEEZY, P. et al. **Do feudalismo ao capitalismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

Artigo recebido em: 07/2003
Data de Aprovação: 09/2003